

CREDITAR A MORTE À VELHICE PODE SER FATAL

Lidiane Keila da Silva¹
Cirlene Francisca Sales da Silva²

RESUMO

O presente estudo oferece uma proposta de reflexão acerca da importância de falarmos sobre a morte. Numa tentativa de desmitificar sua relação apenas com a velhice, buscou-se refletir sobre a necessidade de comunicação sobre esse evento em todas as fases da vida. Não se trata, porém, de uma descrição sobre morte em cada uma dessas fases (infância, adolescência, vida adulta e velhice), mas da importância da comunicação sobre esse fato inegociável. A metodologia consistiu em uma revisão da literatura especializada. Baseado em fontes históricas, à luz da Filosofia e da Psicologia e, sobretudo, a partir do olhar da Gerontologia Social, procurou refletir sobre a presença da morte em todo o ciclo vital e, por esta razão, tentou expor a necessidade de comunicação sobre esse fenômeno sem romantizá-lo, mas com a clareza necessária para exaltar a vida. Objetivou-se, principalmente, a partir dessa revisão, elucidar por que creditar a morte apenas à velhice pode ser fatal. Nossa cultura ocidental contemporânea, não raras vezes, oculta efeitos sociais graves produzidos pelo modo de existir num sistema excludente como é o Capitalismo. A morte, o luto e também a velhice fazem parte desses fenômenos que tentamos ocultar. Como resultado principal, observou-se que insistimos em negar esse evento inexorável na vida, como fruto do padrão sociocultural imposto no tempo e no espaço, o que contribui para silenciarmos e nos afastarmos também de tudo a ela relacionado.

Palavras-chave: Morte, Velhice, Ciclo Vital.

INTRODUÇÃO

As religiões e a Filosofia sempre procuraram questionar e explicar a origem e o destino do homem (KOVÁCS, 1992). De onde viemos e para onde vamos são questões que inauguram o período antropocêntrico da História e acompanham a humanidade, caracterizando a preocupação em entender o homem e seu destino.

Este trabalho tem como tema central a morte. Tema que, segundo Maria Júlia Kovács (1992, p.2), desde o tempo das cavernas há inúmeros registros sobre ele. “A morte como perda, ruptura, desintegração, degeneração, mas também como fascínio, sedução, uma grande viagem, entrega, descanso ou alívio”. A forma como vemos a morte influencia nosso modo de ser e, ainda de acordo com a referida autora, sempre em busca da imortalidade, o homem a desafia e tenta vencê-la. Algo inevitável, pois somos mortais e a consciência dessa finitude é o que nos diferencia dos animais e nos causa angústia. Baseado em fontes históricas, este estudo, à luz da Filosofia e da Psicologia e, sobretudo, a partir do olhar da Gerontologia Social, procurou refletir sobre a presença da morte em todo o ciclo vital e, por esta razão, tentou expor a necessidade de

¹ Especialista em Gerontologia pela Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP, lidianekeila78@gmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP, cirlene.silva@unicap.br.

comunicação sobre esse fenômeno sem romantizá-lo, mas com a clareza necessária para exaltar a vida. Objetivou-se, sobretudo, a partir de uma revisão teórica, elucidar por que creditar a morte apenas à velhice pode ser fatal. Procurando entender as novas expressões do homem diante do seu destino final e quais mecanismos de superação frente às perdas servem como possibilidade para lidar com o sofrimento sem necessariamente, por exemplo, medicalizá-lo. É nesse contexto que devemos refletir, “tentando entender a ambiguidade de uma época em que a felicidade é o valor máximo, mas carrega consigo inúmeras aflições” (LIPOVETSKY, 2007).

Será que o autoconhecimento possibilita uma direção mais autônoma, criativa e gratificante para o homem? Será que pensar na morte como parte da vida, sem expulsá-la e pensar na vivência do luto como direito de chorar nossas perdas não nos possibilita aceitar a morte como parte de nosso desenvolvimento enquanto humanos e serve ainda como forma de preparação para esse momento? E será que creditar a morte apenas à velhice não pode ser fatal?

É importante não perder de vista o que nos humaniza, sobretudo numa cultura em que o homem costuma ser coisificado. Segundo Roudinesco (2000, p. 13), “o homem já não tem tempo para refletir sobre a origem da sua infelicidade”. Se o ser humano não reflete sobre o que vive, animaliza-se, fica desnordeado. Sem reflexão perde-se o sentido de existir, fica isolado, solto. Some-se a isto o seu esvaziamento a partir de um afastamento da morte que, conseqüentemente, anula sua subjetividade. Maranhão (1986), afirma que a sociedade ocidental contemporânea tem estabelecido, através de formas culturais, a redução da morte e de tudo o que está relacionado a ela no intuito de negar a experiência da mesma.

É bastante pertinente, portanto, refletirmos sobre a ocultação ou negação desses fenômenos em nossa sociedade, onde se dissemina a cultura da anestesia, em que se naturalizam as questões e o homem é coisificado. E ainda, se pensarmos na educação como meio, e não como fim, para o desenvolvimento pessoal, podemos incluir a morte como tema para a discussão do desenvolvimento e aperfeiçoamento do ser; já que esta, inevitavelmente, nos acompanha em nosso ciclo vital e, assim, poderemos pensar numa possível preparação para este momento a partir de uma comunicação que priorize este enfoque de acordo com as fases do desenvolvimento humano e considere também doenças terminais, acidentes, o luto e o confronto com a própria morte.

MÉTODO

Este trabalho foi feito por meio de uma revisão da literatura especializada; realizada com base nas palavras-chave: morte, velhice e ciclo vital, controladas pelo Descritores em

Ciências da Saúde (DeCS). As fontes utilizadas para a pesquisa foram publicações acadêmicas resgatadas nas bases de dados *PubMed*; Biblioteca Virtual em Saúde (*BVS*); Scientific Library Eletronic (*SciELO*); Periódicos Eletrônicos em Psicologia (*PePSIC*); *Lilacs*; Google Acadêmico; Periódicos *CAPES/MEC*. O critério utilizado para delimitar a coleta foi a saturação por descrição e análise da literatura. As referências foram extraídas, pois, do Sistema Online, a saber, artigos, revistas científicas, dissertações e teses, além de livros no formato digital mas também impressos.

Envelhecimento humano

Na contramão do pensamento que permeia o senso comum, verifica-se que o processo de envelhecimento não é interesse recente, mas como afirma Papaléo Netto (2016), continua sendo preocupação da humanidade desde o início da civilização e a História pode demonstrar isto através das ideias tão antigas sobre a velhice quanto a origem do ser humano. No entanto, é realmente a partir do século XX que a ciência do envelhecimento avança em estudos e pesquisas e, para tanto, também contribuiu o aumento do número de idosos em todo o mundo, o que o mesmo autor chama de pressão passiva sobre o desenvolvimento desse campo.

Todos envelhecemos, embora em ritmo diferente. Isto pode variar por questões genéticas, ambientais, sociais e por escolhas pessoais. O envelhecimento, portanto, não é um processo homogêneo e, de acordo com Minayo e Coimbra Jr. (2002, p. 14), “cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas”. É notável como esses aspectos são influenciadores no envelhecimento e como o processo é singular. Pode-se conceber este momento do ciclo vital caracterizando-o como sendo de perdas (saúde, trabalho, rede social) e, então, fazer a gestão dessas perdas a partir de compensações ou, como propõem Goldman e Faleiros (2005, p. 27) em contraposição a esta visão, “que a velhice seja vista como uma relação biopsicossocial, que envolve trajetórias individuais, familiares, sociais e culturais ao longo da vida”. Esses autores enfatizam que, assim, a velhice não é uma categoria homogênea e que se situa nas contradições das mudanças demográfica, social, cultural e epidemiológica de cada povo.

Existem várias teorias influentes da Gerontologia. Segundo Siqueira (2002), os estudos neste campo focavam em alguns aspectos em detrimento de outros, até que se chegasse ao entendimento da necessidade de agregar os aspectos micro e macrossocial, sugerindo que envelhecer é um processo vivencial e não isolado. O conceito de envelhecimento vem mudando,

substituindo as ideias de perda e declínio como inevitáveis. Há, no entanto, muito a discutir a respeito do que hoje temos como modelo para um envelhecimento dito bem-sucedido ou ideal. Essa compreensão se constitui como um desafio para os interessados no tema e chama a atenção para a complexidade desse fenômeno que as diversas teorias tentam explicar. O humano é um ser complexo e não há, como vimos, uma única teoria que abarque toda essa complexidade.

Um importante relatório para nós brasileiros, que atualiza o documento histórico Marco Político do Envelhecimento Ativo, publicado em 2002, é proposto pela OMS (2015) que define o envelhecer ativamente como um “processo que envolve a otimização de oportunidades para a saúde, a aprendizagem ao longo da vida, a participação e a segurança com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Subentende-se, com este documento, que o envelhecimento ativo, como uma política de saúde, reconhece que uma saúde precária não é consequência inevitável do processo; assegurando a relação entre longevidade e saúde física e mental como uma construção ao longo da vida. Ressalta, ainda, que a qualquer tempo pode haver ganhos quando se opta por estilos de vida mais saudáveis; assim, nunca é tarde para começar. Por essa perspectiva, a vida de um idoso pode ser boa e sua qualidade preservada se este permanece ativo, autônomo e independente, com saúde física e relações sociais.

É preciso, no entanto, que fiquemos atentos, emprestando um olhar especial às questões de viés social, porque carecem de uma análise mais geral em que se possam pontuar as expressões de uma Questão Social maior, como frutos de um sistema político-econômico desigual e excludente como é o nosso. No Brasil, a realidade econômica não aponta para um bem-estar social, sobretudo na velhice. São questões que se retroalimentam evidenciando a precariedade do nosso sistema de Seguridade Social em que, cada vez mais, o Estado se distancia e se desobriga das questões sociais. Goldman e Faleiros (2005, p. 323) citam Guita Debert (1999) que chama de reprivatização da velhice o “que corresponde ao afastamento gradual do Estado de sua função de proteção, delegando às famílias, brutalmente afetadas pelas mazelas do neoliberalismo, a responsabilização pelo atendimento às situações de vulnerabilidade”. O próprio Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) estabelece, em seu Artigo 3º, que a responsabilidade em assegurar direitos básicos aos idosos, com absoluta prioridade, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público.

O cuidado, pois, não deve ser contemplado apenas no interior das famílias, mas também na concretização de políticas sociais que alcancem o maior número possível de pessoas, tendo

em vista que as opções hoje oferecidas como alternativas para esse cuidado ou não atendem às demandas ou, quando privadas, não são acessíveis para toda a população de média e baixa renda. Nesse contexto é fundamental que os serviços sociais e de saúde, que pretendam promover um envelhecimento ativo, tenham uma perspectiva que propicie promoção de vida saudável, prevenção de doenças e que o acesso seja mais igualitário. Para tanto, como define o próprio documento, acima citado, do Centro Internacional da Longevidade - Brasil (2015), a saúde deve ser contemplada amplamente por um trabalho intersetorial e interdisciplinar para promover modos de vida salutar em todas as idades. É pertinente ressaltar, como lembram Goldman e Faleiros (2005, p. 320), que “as dimensões de gênero e cultura perpassam todos esses determinantes, porque envelhecer é apresentado de modo objetivo e subjetivo diferenciadamente em cada cultura e situação de gênero”. A primeira molda nossa forma de envelhecer e por isso influencia os outros fatores determinantes do envelhecimento; e o segundo pode revelar as escolhas políticas e seus efeitos e disparidades entre homens e mulheres nas decisões que impactarão nesse processo.

Haddad (1986) nos alerta, ainda, para uma importante questão: o fato de que se tenha elevado a esperança média de vida não significa que melhoraram as condições reais e objetivas da classe trabalhadora e, portanto, as dos idosos a ela pertencentes. Corroborando com esse pensamento, Almeida, Gonçalves e Lima (2005, p. 9) citam Marcelo Salgado, que comenta: “Não é razoável que tantos esforços sejam feitos para prolongar a vida humana, se não forem dadas condições adequadas para vivê-la”. Como vemos, o envelhecimento da população impõe inúmeros desafios e exige uma alteração rápida e eficaz nos rumos das políticas sociais que contemplem as reais necessidades das pessoas idosas e, sobretudo, favoreçam sua participação ativa em seu contexto social. Simone de Beauvoir (1990, p. 8) denunciou que:

Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar (...). Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias.

A constatação de que muitos brasileiros envelhecem na mais absoluta pobreza e outros a conhecem ao envelhecer (e isto invade a totalidade de suas vidas) não deve servir como desestimulante na luta pelo alcance da dignidade a que todo cidadão tem direito, mas, como sugerem Almeida, Gonçalves e Lima (2005, p. 8), amplie nossa percepção de que, como em outras fases da vida, na velhice há perdas e ganhos e “as capacidades humanas dependem, em

qualquer idade, de constante estímulo para permanecerem ativas”. Que estejamos sempre atentos para reverter a maior das perdas na velhice: a da cidadania.

É nesse contexto que vão se moldando nossas percepções sobre a velhice. Tudo contribui para sua negação e afastamento, assim como bem pontuou Beauvoir (1990), ficamos surpresos e assustados quando nos percebemos velhos. Relutamos em aceitar o que mostra o espelho e os outros percebem. Dessa forma, velho é sempre o outro. A aceitação da velhice leva-nos ao reconhecimento de restrições e da finitude; porque, mesmo sem início definido, tem um fim claramente estabelecido: a morte. Tema que trataremos a seguir e que, embora não escolha idade, na velhice, é tida como seu prenúncio (VIANA; LOUREIRO; ALVES, 2012).

Creditar a morte apenas à velhice pode ser fatal: a morte não escolhe idade

Morte e envelhecimento são temas comumente tratados como tabus e com preconceitos. “Retificar, pois, toda imagem negativa e estereotipada da velhice é uma tarefa cultural e educativa que deve estar no centro das políticas que assegurem sua qualidade de vida”. (NUNES, 2013, p. 9). Além disso, a redução da morte e de tudo o que está relacionado a ela se configuram no que Maranhão (1986) aponta como intuito de negar a experiência da mesma. A negação desse fenômeno, inevitável e universal, se confunde ainda com associá-lo diretamente à última fase do desenvolvimento do homem. À velhice sempre se elencam doenças e credita-se a morte, embora saibamos que males de saúde podem atingir as pessoas em qualquer fase da vida e que a morte não escolhe idade. É inegável que o envelhecimento traz consigo a perspectiva de morte. Goldim (2000) nos recorda que, mesmo com o aumento da sobrevida da população humana, a vida é sempre um período finito e o sentimento de finitude passa a ser mais contundente com a chegada da velhice. Entretanto, Kovács (1992, p. 2) alerta: “engana-se quem acredita que a morte só é um problema no final da vida e que só então deverá pensar nela”.

Ademais, como já mencionado, é importante ratificar que esse evento universal para os seres vivos é geralmente creditado aos idosos; todavia, em qualquer idade, ela “pode se apresentar sem pedir licença e sem se incomodar com o muito ou pouco tempo vivido por sua vítima” (LOUREIRO, 2008, p. 855). Ariès (2012), em suas pesquisas, deixou registrado o século XX como o momento em que a morte passa a ser vergonhosa e precisa ser escondida. A sociedade expulsa a morte para proteger a vida. O que deve prevalecer é o silêncio e a medicalização. Deixa de ser um fenômeno natural e passa a ser fracasso ou impotência e por isso deve ser ocultada. No mesmo século, e ainda de acordo com este autor, também ocorre a

supressão do luto como forma de esconder as manifestações e vivência da dor. Estes seriam os mecanismos de controle que evidenciam que à sociedade não é permitido enfrentar os sinais da morte. Os dramas sociais devem ser evitados, a frustração e a tristeza devem ser compensadas pelo consumo num modelo de sociedade em que há exacerbado individualismo e grande intolerância com o diferente; todos têm que ser superficiais, alegres e leves; o valor é dado a tudo o que for efêmero, passageiro, descartável. Entretanto, o modelo só é alcançado por poucos ou ninguém. Na verdade, é um modelo inatingível. (BAUMAN, 2001).

A forma de viver produzida pelo capitalismo, de acordo com Guzzo (2005), se dá num contexto de contaminação ideológica invisível; num cenário de violência e opressão, injustiças e exploração. O capital e o mercado são as estruturas que fundam este regime responsável pela mercantilização até da vida humana (inclusive da morte). Isto se reflete no contexto das políticas gestadas para o envelhecimento e também no trato com a morte, quando o padrão idealizado pelo capitalismo, longe de ser alcançado por todos, se constitui num cenário de silenciamento domesticador. No entanto, falar sobre o tema enquanto há vida é fundamental, pois pode contribuir para dar-lhe significado e servir como forma de rever valores. Kovács (2003) sustenta, ainda, que podemos nos preparar para a morte vivendo intensamente; já que esta, inevitavelmente, nos acompanha em nosso ciclo vital e, assim, devemos pensar numa possível preparação a partir de uma comunicação que priorize este enfoque de acordo com as fases do desenvolvimento humano e considere também doenças terminais, acidentes, o luto e o confronto com a própria morte.

Py e Oliveira (2011) citam Cassorla (2007) para se referir ao medo da morte. Explicam que esse medo e o pavor da aniquilação são intrínsecos aos humanos pela consciência da própria mortalidade. Acrescentam ainda que o terror, a impotência e o desespero aparecem pela incapacidade da mente humana representar o não existente. Já vimos que a morte nos atinge de modo diverso, subjetiva e objetivamente; também nas diferentes fases do viver. De acordo com Papalia e Feldman (2013, p. 642), “não há uma maneira de ver a morte que seja independente da idade”; por isso as atitudes em relação a esta, ao longo da vida, vão depender do desenvolvimento cognitivo e da época em que ocorre. Na infância, por exemplo, não há, até uma certa idade, uma compreensão dos aspectos centrais da morte; o que torna fundamental a disponibilização de informações verdadeiras e adequadas para a fase, numa linguagem compreensível e, desde pequenas, as crianças devem ser incentivadas a falar sobre isso. O que, na prática, não costuma acontecer; o mais comum é que os adultos evitem comunicar-se sobre o fenômeno e tentem “proteger” as crianças de algo que evidencia suas próprias dificuldades

em aceitar. Na adolescência, as autoras afirmam que “a morte não é algo que normalmente ocupe o pensamento, a não ser que tenha que confrontá-la diretamente” (2013, p. 643). O adolescente costuma considerar-se inatingível. Na vida adulta, vai ganhando concretude e um significado social e, finalmente, na velhice, os idosos apresentam sentimentos diferenciados sobre a perspectiva de morte. Essas atitudes das pessoas durante o curso da vida refletem, também, suas personalidades e experiências. O que ocorre, porém, é uma tendência a atribuí-la apenas ao último estágio do ciclo da vida. Insiste-se em ocultá-la das crianças, bani-la das conversas cotidianas e escamotear tudo que nos faça lembrá-la. Além disso, os rituais de luto são cada vez mais pragmáticos e terceirizados, atestando nossa negação. Porém, como já falou Kovács (2003), desde que nascemos estamos sujeitos à morte e é aí que reside a importância em falarmos sobre algo que está longe da exclusividade num único momento da vida.

Refletir sobre nossa transitoriedade pode tornar a morte mais familiar e menos ameaçadora. O medo que ela incita é natural e inerente ao processo de desenvolvimento, mas não deve se tornar um bloqueador do discurso. O silêncio deve ser quebrado e a morte enxergada como destino comum que iguala a humanidade. Para lidarmos com esse medo insuportável, Py e Oliveira (2011, p. 23), pontuam que “precisamos uns dos outros, assegurados pela afeição que nos une nos laços familiares, comunitários e sociais”. Isto nos leva a pensar sobre como o individualismo, de que falamos anteriormente, só esgarça os vínculos sociais necessários para não nos sentirmos sozinhos com as questões inquietantes da morte e da finitude da nossa existência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo deste escrito foi elucidar por que creditar a morte apenas à velhice pode ser fatal. Foi possível constatar que o significado que atribuímos ao envelhecimento e a morte, assim como nossa forma de lidar com essas questões, individual e coletivamente, são influenciados pelo padrão sociocultural no tempo e no espaço. Assim sendo, ficou claro por que insistimos em negar a morte, fazendo-a desaparecer da nossa comunicação; como um ranço deixado pela perpetuação do padrão imposto pela ordem capitalista do século XX, que se caracterizou, neste contexto, como o momento em que a morte passa a ser vergonhosa e precisa ser escondida. (ARIÈS, 2012). Essa negação, não só da morte, mas de tudo a ela relacionado, se faz presente em pleno século XXI. Eis a importância de nos comunicarmos a respeito desse fato, tratando-o com a naturalidade necessária para subsidiar nossas formas de lidar com os

desdobramentos desse evento. (CASSORLA, 2004). Sendo, portanto, a comunicação de forma dialógica, um pilar capaz de promover, não apenas consciência em relação ao tema, mas, sobretudo, mudança de atitude.

A atual cultura, como sendo de não reflexão e evitação dos dramas sociais, nos leva a concluir que a sociedade moderna ainda prefere ignorar a morte a falar dela abertamente, dificultando todos os processos relacionados a ela, como o luto e sua elaboração, por exemplo, que carecem de comunicação para que se processe adequadamente. É fundamental que se tenha oportunidade de falar sobre nossas perdas, recebendo o devido apoio e acolhimento, tanto familiar quanto social; expressar tristeza, desespero, culpa, entre outras emoções tão naturais quanto a própria morte. Fica claro, então, porque os valores exaltados pela sociedade atual, sobretudo o culto ao individualismo e um endeusamento do consumo, não se alinham à ideia da morte, fazendo com que cresça, cada vez mais, o nosso distanciamento e repulsão sobre um assunto inegociável. Dialogar sobre a morte, no entanto, pode suavizar o medo que ela incita; “pelo menos na medida em que este horror que nos assola nos deixe viver, não a sua espera, mas apesar dela e no convívio com ela, que aparece de várias formas e sem tempo definido, porém quase nunca é bem-vinda”. (LOUREIRO, 2008, p. 854). Papalia e Feldman (2013, p. 655) ao citar Kübler-Ross (1975), acrescentam que enfrentar a realidade da morte é a chave para viver uma vida que faz sentido:

É a negação da morte que é parcialmente responsável pela vida vazia e sem propósito das pessoas; pois quando se vive como se fosse viver para sempre, é fácil adiar as coisas que o indivíduo sabe que deve fazer. Em contrapartida, quando você entende plenamente que cada dia em que você acorda pode ser o último da sua vida, você aproveita o dia para crescer, para se tornar mais daquilo que realmente é, para se comunicar com outros seres humanos.

É no final da vida que a morte ganha visibilidade; nessa fase, a angústia se torna mais real e concreta (GOLDIM, 2000). Contudo, tão fundamental quanto nos comunicarmos sobre morte, é não atribuí-la apenas à velhice. Ela está presente em qualquer fase da vida e, por essa razão, não se constitui como um problema exclusivo do final da existência (KOVÁCS, 1992). Essa ideia, em muitos aspectos, se aproxima do que o imaginário social carrega sobre a velhice; as concepções negativas e estereotipadas dessa fase como sinônimo de doença e terminalidade. No entanto, morrer acontece em qualquer faixa etária; a morte não escolhe idade. A reflexão e a comunicação se constituem, pois, nas melhores armas para nos aproximarmos desse inevitável fenômeno sem a pretensão de determinarmos o momento de sua ocorrência, pois como Py e Oliveira (2011, p. 28) registram, com bastante lucidez:

Só humanizamos o que ocorre no mundo do sofrimento em geral e em nosso particular pequeno mundo de sofrimento, quando falamos e repartimos o que nos aflige e afeta. E mais, é dessa fala que se alimentam os cuidados; é dessa fala que se nutrem os cuidados; e é no curso dessa fala (sempre um diálogo) que aprendemos, cada vez mais, a ser humanos.

Historicamente, é possível localizar um tempo em que a morte fazia parte do dia a dia, sem uma preocupação desmedida que ela atingisse as crianças, jovens ou pessoas doentes, morria-se em casa com os devidos rituais, numa vivência tão natural quanto o próprio processo de morrer (ARIÈS, 2012). Se assim já foi, podemos acreditar com otimismo, mas sem saudosismo referente a algum momento exclusivo da história humana, na possibilidade de, através de uma comunicação adequada a cada fase do ciclo vital, com toda naturalidade necessária, falarmos sobre esse evento que se constitui como um verdadeiro mistério desde todos os tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo chama a atenção para a necessidade de captarmos os discursos influenciadores dos nossos raciocínios e comportamentos. Discursos que pretendem formatar nossos corpos, desejos e pensamentos num processo invisível de contaminação ideológica que cria os valores que permeiam as relações sociais e culturais como um todo. As expressões do homem diante do seu destino final e os mecanismos de superação frente às perdas carecem de uma formação do indivíduo em prol do fortalecimento da autonomia e da crítica para que se possa resistir às seduções desse sistema, sobretudo, estimulando a expressão da sensibilidade e afetividade humanas, tão desprezadas atualmente, mas sem as quais o indivíduo desenvolve distúrbios psíquicos, adocece. É necessário incluir a morte como tema para a discussão do desenvolvimento e aperfeiçoamento do ser; já que esta, inevitavelmente, nos acompanha em todo nosso ciclo vital. Enfatizando a importância desse diálogo, sem creditá-lo a um momento específico, já que se trata de algo completamente imprevisível.

Vale ressaltar, enfim, que esta pesquisa não abarca todas as possibilidades analíticas acerca desse tema, tendo em vista a amplitude de conceitos e considerações. Não se trata também de obliterar as pontuações já feitas neste campo, de modo a desvalorizá-las ou torná-las desprezíveis, já que são fruto de temporalidades e espaços específicos, feitas de acordo com as ferramentas disponíveis em torno da Ciência. É necessário estar atento às mudanças que caracterizam nosso tempo e assim refazer determinadas interpretações que acompanham o

homem, suas simbologias e representações, adequando-as ao nosso contexto. Nessa ótica, vale também destacar a importância de dar continuidade às pesquisas acerca das problemáticas aqui levantadas, tendo em vista que mudanças estruturais, sejam políticas, econômicas ou sociais, são contínuas e nos alertam para a necessidade de que os arcabouços teóricos as acompanhem, no intuito de estabelecer análises que sejam mais fidedignas ao que o homem tem se tornado enquanto espécie biológica e enquanto ser social, produtor de concepções e ideias e, por isso, também um modificador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. L. V.; GONÇALVES, M. P.; LIMA, T. G. **Direitos Humanos e Pessoa Idosa:** publicação de apoio ao Curso de Capacitação para a Cidadania: Atenção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, S. **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. (2003). Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso**. Recuperado em 05 de fevereiro de 2020, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.html.

CASSORLA, R. M. S. **Para a morte ser vista com naturalidade.** Recuperado em 10 de abril de 2020, de: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju272pag11.pdf.

GOLDIM, J. R. **Morte e Envelhecimento.** Recuperado em 06 de abril de 2020, de: <https://www.ufrgs.br/bioetica/germor.htm>.

GOLDMAN, S. N.; FALEIROS, V. P. **Determinantes do Envelhecimento Ativo.** Recuperado em 05 de abril de 2020, de: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_408948590.pdf.

_____. **Percepções sobre a velhice.** Recuperado em 05 de abril de 2020, de: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_415343788.pdf.

GUZZO, R. S. L. **Escola amordaçada:** compromisso do psicólogo com este contexto. In: MARTINEZ, A. M. (Org.). Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas. Campinas: Alínea, 2005.

HADDAD, E. G. M. **Para que servem os idosos?** Recuperado em 06 de abril de 2020, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451986000300008.

KOVÁCS, M. J. **Morte e Desenvolvimento Humano.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

_____. **Educação para a Morte. Temas e reflexões.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOUREIRO, A. M. L. **A batuta da morte a orquestrar a vida.** Recuperado em 07 de abril de 2020, de: https://www.researchgate.net/publication/48929025_A_batuta_da_morte_a_orquestrar_a_vida.

MARANHÃO, J. L. S. **O que é morte.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR. C. E. A. **Entre a Liberdade e a Dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento.** In: Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

NUNES, M. R. Prefácio. In: STEPANSKY, D. V.; COSTA FILHO, W. M.; MULLER, N. P. (Orgs.). **Estatuto do Idoso.** Dignidade humana como foco. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

OMS. (2015). **Envelhecimento Ativo: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade.** Centro Internacional da Longevidade Brasil. Rio de Janeiro, 2015.

PAPALÉO NETTO, M. **Estudo da velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos.** In: FREITAS, E. V.; PY, L. (Orgs.). Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2016.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre: AMGH, 2013.

PY, L.; OLIVEIRA, J. F. **Cuidador e finitude.** Revista Longeviver, 2011.

ROUDINESCO, E. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SIQUEIRA, M. E. C. **Teorias Sociológicas do Envelhecimento.** In: FREITAS, E. V.; PY, L. (Orgs.). Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

VIANA, L. G.; LOUREIRO, A. M. L.; ALVES, V. P. **O velho e a morte.** Recuperado em 31 de março de 2020, de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/17040/12646>.